

PSB questiona ocultação de letalidade policial de plano nacional

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para questionar a retirada dos indicadores de feminicídios e mortes causadas por agentes de segurança pública do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Reprodução



Indicadores sobre feminicídio estão entre os excluídos do plano nacional de segurança
Reprodução

O plano nacional foi instituído pela [Lei 13.675/2018](#). A sua alteração ocorreu pelo [Decreto 10.822/2021](#), editado no último mês de setembro. O ato indica metas de redução de letalidade violenta e estipula o monitoramento das taxas de violência conforme indicadores, mas se omite quanto aos índices, anteriormente previstos, de feminicídio e mortes causadas por agentes públicos.

Segundo dados do Anuário de Segurança Pública, em 2020 o Brasil registrou um caso de feminicídio a cada seis horas e meia. No mesmo ano, o país atingiu o seu maior número de mortes causadas por agentes de segurança pública desde 2013, com uma média de 17,6 mortes por dia.

Para o PSB, o governo federal estaria agindo deliberadamente para ocultar as ocorrências relacionadas à violência de gênero e à letalidade policial, o que violaria diversos direitos fundamentais.

O advogado **Rafael Carneiro**, que representa a legenda ao lado dos advogados **Felipe Corrêa** e **Ana Luísa Rocha**, explica que esses indicadores estão cientificamente vinculados a grupos vulneráveis de mulheres e jovens negros periféricos. "São esses dados que permitem a formulação e o acompanhamento de políticas sociais específicas e efetivas no combate aos preconceitos de gênero e raça, garantindo o exercício dos direitos à vida, segurança pública e igualdade", pontua.

De acordo com Carneiro, o governo sequer alega aumento de custo ao erário: "É simplesmente uma decisão de retroceder e ocultar as informações imotivadamente".

Clique [aqui](#) para ler a petição